

# Entregadores podem ter locais de suporte em todo o Estado

Pontos instalados por empresas de app precisam ter área de descanso e banheiro

Por Paula Vieira

Os profissionais que atuam como entregadores de aplicativos conquistaram um novo reconhecimento na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Com a aprovação definitiva do Projeto de Lei nº 1.432/23, de autoria do deputado e presidente em exercício da Casa, Guilherme Delaroli (PL), a categoria está mais próxima de ter garantidas condições básicas de dignidade e infraestrutura. A proposta foi votada em segunda discussão nesta terça-feira (10), estabelecendo que as empresas de aplicativos de entrega instalem pontos de apoio em locais estratégicos de alta demanda, definidos conforme o zoneamento urbano fluminense.

Estes locais de suporte, indispensáveis para o bem-estar dos trabalhadores, deverão oferecer uma estrutura mínima obrigatória, contando com banheiros higienizados, acesso à água potável, refeitório equipado com mesas, cadeiras e aparelhos de micro-ondas, além de um ambiente destinado ao descanso. A lista de exigências aprovada pelos parlamentares inclui ainda estacionamento para motocicletas e bicicletas, acesso à rede wi-fi gratuita e pontos de energia



Paulo Pinto/Agência Brasil

**Para Delaroli, as empresas possuem capacidade para investir em melhores condições**

para a recarga de aparelhos celulares, ferramenta essencial para o trabalho desses profissionais.

O deputado Guilherme Delaroli enfatizou que a medida visa corrigir uma negligência histórica: “O motoboy sai para trabalhar e não tem um ponto de apoio, não tem onde carregar o celular, não tem onde ir ao banheiro, não tem onde trocar uma roupa molhada, esse projeto visa ao bem-estar desta categoria”. Delaroli ressaltou que as empresas do setor movimentam bilhões de reais anualmente e possuem plena ca-

pacidade financeira para investir em condições mínimas para quem presta o serviço nas ruas.

Durante o debate em plenário, o deputado Marcelo Dino (União) elogiou a proposta e recordou a atuação dos entregadores durante a pandemia. “Esses guerreiros e guerreiras realmente movimentam o nosso país, precisam ser reconhecidos, precisam realmente ser lembrados e ter todo o apoio do governo federal, estadual e municipal. Isso parece ser uma coisa muito simples para alguns. Mas faz uma

diferença muito grande na vida de outras pessoas. Gosto sempre de voltar ao tempo, no momento em que tivemos a pandemia, quando esses homens e mulheres estiveram ali à frente, fazendo entregas nas casas das pessoas”, afirmou Dino.

O parlamentar também mencionou outros projetos de sua autoria que estão em tramitação e visam assegurar o direito de o motoboy realizar a entrega apenas na portaria, sem ser obrigado a subir até o apartamento. Na capital cario-

ca, regra semelhante foi implementada em 2025. Desta forma, os moradores não podem exigir que o entregador suba e o condomínio tem que reservar uma área para retirada. “Espero que o quanto antes esse projeto possa vir ao expediente, para que possamos colocar em votação, porque já perdemos muitos motoboys, infelizmente, pela falta de compreensão de algumas pessoas”, declarou o deputado, que parabenizou Guilherme Delaroli e o deputado Yuri Moura (PSOL), que solicitou a coautoria da matéria.

Em termos de custos, a implementação e a manutenção desses pontos de apoio são de responsabilidade exclusiva das empresas de aplicativo, sendo proibida qualquer cobrança aos trabalhadores. O descumprimento acarretará multa de 1.000 UFIR-RJ, equivalente a R\$ 4.960,40, valor que dobra em caso de reincidência. As empresas terão o prazo de 120 dias para adequação após a publicação em Diário Oficial. Após aprovação em segunda discussão, o projeto segue para a sanção ou veto do governador. “O Estado do Rio de Janeiro não pode negligenciar nem esquecer desses homens e mulheres que trabalham muito e não têm nenhuma condição de trabalho”, concluiu Delaroli.

## Delaroli propõe CPI para investigar o Detro

Por Paula Vieira

O presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), deputado Guilherme Delaroli (PL), propôs, durante a sessão plenária realizada nesta terça-feira (10), a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a atuação do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado (Detro-RJ). Delaroli também defendeu a extinção do órgão.

A medida foi anunciada após o deputado Filipe Poubel (PL) denunciar que uma operação do departamento, realizada no Aeroporto do Galeão, na manhã desta terça, estava retendo veículos de trabalhadores. Delaroli também vai mandar que o Detro informe quantos policiais estão cedidos ao órgão e irá cobrar que os agentes sejam reintegrados às forças de segurança.

“Por mim o Detro poderia até acabar e todos os policiais cedidos

voltarem para reforçar a tropa de segurança, algo que a gente precisa tanto no Estado, e abrir uma CPI para investigar o Detro. Vou mandar um ofício para que eles nos informem quantos policiais militares, policiais civis e guardas municipais estão à disposição do órgão. Eles poderiam estar fazendo a segurança da população, mas estão correndo atrás do trabalhador”, afirmou Delaroli.

Poubel (PL), por sua vez, avaliou que o uso de agentes de segurança por parte do Detro nessas operações punem o trabalhador que, além de ser multado, tem seu carro ou moto apreendido. O parlamentar destacou que, muitas das vezes, os veículos são usados pelas pessoas como instrumento de trabalho e recordou que já apresentou uma Indicação Legislativa, em tramitação na Alerj, para extinguir o órgão.

“Tenho uma Indicação Legislativa para acabar com o Detro de vez. É um departamento que só

existe no Rio de Janeiro. Eles fazem uma perseguição aos motoristas de transporte alternativo que não fazem com as empresas de ônibus, por exemplo, que prestam um serviço precário”, destacou Poubel.

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Alerj, o deputado Rodrigo Amorim (União) é mais um a defender a extinção do Detro e recordou que também é signatário da indicação apresentada por Poubel. O parlamentar reforçou que as atribuições do órgão devem ficar a cargo da Secretaria de Estado de Transportes e Mobilidade (Setram) e das agências reguladoras, como a Agetransp.

“Sou autor de emendas ao orçamento para fortalecer a atividade das agências. Precisamos fazer uma reforma administrativa para extinguir determinados órgãos que mais atrapalham a vida das pessoas do que contribuem para o desenvolvimento do Estado”, disse Amorim.



Cristiano Masruha

**Deputado Guilherme Delaroli (PL) é o atual presidente da Alerj**